



RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

INTERESSADAS : REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
MODALIDADE : CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
EDITAL N.º. : 001/2019.
ASSUNTO : RESPOSTA AO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto pela pessoa jurídica REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA apontando falhas no Edital da Concorrência Pública 001/2019, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A GESTÃO DA EXPLORAÇÃO, APOIO E MONITORAMENTO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO ELETRÔNICO PAGO, DENOMINADO “ÁREA TARIFADA”, MONITORAMENTO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO MUNICÍPIO CALDAS NOVAS (GO).**

I) DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41, § 1º da Lei 8.666/93, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

Nos termos do item 20.3 do Edital e da Lei de Licitações e Contratos, temos que a impugnação deve ser PROTOCOLADA. Dessa forma, temos que o presente recurso se encontra TEMPESTIVO.

II) DA DECISÃO

Cuida-se de representação formulada por REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. contra o Edital de Concorrência Pública nº 001/2019, requerendo a anulação do certame ou a sua republicação com a exclusão dos supostos vícios por ela suscitados.



Assevera que, desconsiderando o interesse público, o Município de Caldas Novas escolheu tipo de licitação contrário à disposição legal municipal (Lei nº 2.500/16), bem como deixou de contemplar itens obrigatórios, como, por exemplo, a planilha de composição dos custos unitários.

Além disto, solicitou esclarecimentos, os quais vão ao final respondidos.

II.I) DO TIPO DE LICITAÇÃO ESCOLHIDO

Diferentemente do que alegou a impugnante, o texto da Lei Municipal nº 2.500/2016 não faz referência ao tipo de licitação “técnica e preço”, mas sim, e apenas, aos critérios gerais de julgamento das propostas licitantes.

Isto porque, segundo o art. 46, da Lei 8.666/93, os tipos de licitação de técnica ("melhor técnica" e "técnica e preço") serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento, além de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

Este tipo de licitação está intimamente ligada à licitação do tipo “menor preço”, uma vez que a vantajosidade perquirida está atrelada à aquisição do melhor produto por meio do pagamento do menor preço. Este é o objetivo da licitação “técnica e preço”.

Portanto, nos casos de adoção de licitação “técnica e preço”, ou ainda do tipo “melhor técnica”, se o objeto licitado puder ser satisfeito apenas com produtos ou serviços de alta qualidade técnica, justificada estará a adoção deste tipo de licitação.

Já nos casos em que a satisfação do interesse público for alcançada através da aquisição de produtos ou serviços padronizados, que não exijam qualidade diferenciada ou técnica sofisticada, mas tão somente o preenchimento de requisitos mínimos de qualidade ou técnica, será perfeitamente adequada a licitação do tipo “menor preço”.



Em outras palavras, “técnica e preço” é o tipo de licitação a ser utilizado para objetos em que a qualidade seja tão ou mais importante do que o preço, o que não é caso do presente certame.

A título de exemplo, os tribunais já decidiram que é este o tipo de licitação que deve ser aplicado para a contratação de serviços de comunicação de dados, assim como para a terceirização de hospitais e na escolha de estabelecimento destinado a depósito de materiais químicos, pois são objetos nos quais, quanto maior a qualidade verificada, melhor estará satisfeita a necessidade da Administração.

Conclui-se, portanto, que em nada se comunica o tipo de licitação “técnica e preço” com o presente certame, já que nenhum dos serviços ou produtos elencados pela Lei de Licitações, tão pouco o resultado pretendido, é objeto do presente certame.

Em verdade, o presente certame alude ao disposto no art. 45, § 1º, inciso IV, da Lei 8.666/93, o qual estabelece que maior lance ou oferta é o tipo de licitação utilizado pela Administração para a alienação de bens ou concessão de direito real de uso, sendo que a proposta vencedora será aquela que oferecer o maior valor econômico, ou seja, *“a proposta mais vantajosa é aquela que maior numerário carrear para os cofres públicos, na razão inversa da licitação de menor preço”* (MEIRELLES, 2010, p. 206).

Segundo o doutrinador Diogenes Gasparini (2010, p. 671), maior lance ou oferta:

“É o tipo de licitação especialmente adequado para venda de bens, outorga onerosa de concessões e permissões de uso de bens ou serviços públicos e locação em que a Administração Pública é a locadora, cuja proposta vencedora é a que faz a maior oferta. É o tipo de licitação que não oferece qualquer dificuldade na sua promoção. Tirante o fato de que o procedimento licitatório deve levar ao maior preço, tudo o mais obedece à licitação de menor preço”.

E foi justamente por isso que o legislador não definiu no texto da Lei Municipal nº 2500/2016 o tipo de Licitação como sendo obrigatório “técnica e preço”. Aliás, nem poderia, sob pena de afronta à lei federal regulamentadora do serviço aqui licitado.



Por tais motivos, improcede esta parte da impugnação.

II.II) DA SUPOSTA AUSÊNCIA DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

Entende-se que a composição de custos unitários não se presta a revelar, pura e simplesmente, o custo total de um serviço, haja vista que tal valor já vem especificado na planilha orçamentária de custos. De forma diferente, a importância dessas composições ganha relevo ao detalhar todos os valores que conduziram ao custo final fixado para um serviço.

Em outras palavras, a planilha orçamentária de custos traz o valor cobrado pela unidade de execução de cada serviço, sendo possível realizar por meio dela, ainda que de forma preliminar, a análise da economicidade do empreendimento e das propostas apresentadas em um procedimento licitatório.

Noutro passo, as composições de custos unitários revelam o porquê de cada um dos valores fixados na planilha mencionada, detalhando, para cada serviço, os tipos de equipamentos, materiais e mão de obra a serem utilizados, bem como índices de produtividade considerados.

Não há como negar a importância e a essencialidade dessas composições para a garantia de um procedimento licitatório transparente e para a garantia do exercício prévio e ulterior do controle. São inúmeras as decisões do TCU acerca do assunto, de modo que tal entendimento já está, inclusive, pacificado por meio da Súmula nº 258:

“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.”

No entanto, é igualmente importante observar que a ausência momentânea dessas composições não constitui embaraço intransponível à análise preliminar da economicidade das propostas orçamentárias, motivo pelo qual esta Comissão não coaduna com



o entendimento de que a ausência parcial desses documentos, configurada no caso em análise, impeça o conhecimento dos custos e descontos ofertados pelos licitantes.

Também não se considera desarrazoado o entendimento de que poderia estar implícita a sua vinculação às composições de custo unitárias do órgão licitante devidamente explicitadas por meio dos itens 3.2.4, 4.2.1, 4.3.1, 4.4.1, 4.5.1, 5.2, 5.16, 8.7 e 8.8.1.1 do anexo Termo de Referência.

Quanto a isso, valer trazer excerto de análise preliminar realizada pelo Ministro Relator sobre matéria análoga nos autos do TC 000.197/2014-9, do E. TCU, in verbis:

“Poder-se-ia discutir, no caso de licitação do tipo maior desconto, que é o caso em análise, na qual o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incide linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, a teor do art. 27, parágrafo único, do Decreto 7.581/2011, se já não estava implícita a adesão do licitante às composições analíticas constantes dos sistemas de referências adotados na licitação. Sob essa interpretação, poder-se-ia se considerar dispensável a apresentação das composições de custo unitário, com fulcro na parte final do art. 40, § 2º, alínea “b”, do Decreto 7.581/2011, supramencionado.”
(g.n.)

E tal discussão impacta diretamente na análise do caso concreto, haja vista que seu exame se encontra sedimentado em fundamentos de mesma ordem.

A existência de dúvida acerca da vinculação automática às composições do órgão licitante conta a favor do Município, haja vista ir de encontro, por via reflexa, ao princípio in dubio pro societate, que, neste caso, resguarda o interesse público existente na proposta de maior oferta à outorga. Tal entendimento guarda ainda conformidade com os Acórdãos 1.742/2003-TCU-Plenário; e 1.297/2003 e 1.730/2004 ambos da 2ª Câmara.

Forçoso destacar que o caso trata, em verdade, de conflito entre princípios de alçada constitucional, pois ao mesmo tempo há razão nas alegações do



manifestante acerca das possíveis ofensas mencionadas e, por outro lado, há que se resguardar o princípio administrativo da busca pela proposta mais vantajosa.

O TCU já enfrentou situações similares ao caso em exame, de modo que se destaca a análise realizada por unidade técnica, também em autos de representação (TC 037.773/2011-9), cujo excerto merece ser transcrito:

“Cumpre registrar que a solução de um conflito entre princípios previstos no ordenamento jurídico passa pela utilização do postulado da proporcionalidade, o qual envolve a utilização de 3 critérios: a adequação a necessidade e a ponderação estrito senso. Nessa linha, faz-se oportuna a menção à excerto da palestra proferida pelo eminente professor alemão Robert Alexy, em conferência proferida no Brasil com o título “Kollision und Abwägung als Grundprobleme der Grundrechtsdogmatik” - “Colisão e Balanceamentos como problema básico da dogmática dos direitos fundamentais”, citada por Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, na obra Curso de Direito Constitucional, 6. Ed – São Paulo: Saraiva, 2011: O postulado da ponderação corresponde ao terceiro subprincípio do postulado da proporcionalidade no direito constitucional alemão. O primeiro é o postulado da adequação do meio utilizado para a persecução do fim desejado. O segundo é o postulado da necessidade desse meio. O meio não é necessário se se dispõe de um mais suave ou menos restritivo. (...) O postulado da proporcionalidade em sentido estrito pode ser formulado como uma lei de ponderação, cuja fórmula mais simples voltada para os direitos fundamentais diz: “quanto mais intensa se revelar a intervenção em um dado direito fundamental, maiores hão de se revelar os fundamentos justificadores dessa intervenção.” (MENDES/BRANCO apud ALEXY, p. 226-227)

Em outra passagem, os juristas Paulo Branco e Gilmar Mendes prescrevem que na ponderação entre princípios jurídicos, deve-se proteger o núcleo essencial de cada um deles, evitando-se que a limitação imposta aos princípios, na busca da melhor solução, atinja a unidade substancial dos valores protegidos por cada um dos princípios. (ob. cit., p.210):

“Devem-se comprimir no menor grau possível os direitos em causa, preservando-se a sua essência, o seu núcleo essencial (...) Põem-se em ação o princípio da concordância



prática, que se liga ao postulado da unidade da Constituição, incompatível com situações de colisão irreduzível de dois direitos por ela consagrados."

Assim, a questão da suposta ausência da planilha de composição de custos unitários, analisada ante os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, conduzem ao entendimento de que se deve evitar que o rigor e o formalismo exagerado constituam verdadeira barreira à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Este é, também, o entendimento presente em diversas jurisprudências do TCU (Acórdãos 1.990/2008, 1.791/2006 e 2.104/2004, e Decisão 111/2002, todos do TCU-Plenário).

Por isso, e havendo plena e inequívoca menção aos itens necessários à composição do custo unitário no próprio Termo de Referência, ao passo que esta Comissão Permanente de Licitações adotará critérios objetivos para avaliação das composições de custos apresentadas pelas Licitantes a fim de evitar, inclusive, eventual proposta inexequível, é que tem-se por improcedente esta parte da impugnação.

II.III) DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

Esta Municipalidade desconhece qual a rede pública de comunicação aberta que opera atualmente no **Município de Poços de Caldas**.

Todos os agentes públicos concursados para a fiscalização de trânsito estarão disponibilizados para a fiscalização do sistema de estacionamento rotativo, conforme escala de trabalho a ser definida mensalmente pela Superintendência Municipal de Trânsito-SMT.

III) DA CONCLUSÃO

Assim, alinhado aos princípios gerais da Administração Pública, contidos na Constituição Federal e, especialmente, os norteadores das licitações, esta Comissão de Licitação, através de sua Presidente conheço da impugnação interposta vez que o mesmo é TEMPESTIVO, entretanto, para no mérito entender pela sua **IMPROCEDÊNCIA** conforme argumentos acima demonstrados.



É o que me cabia decidir e informar.

Caldas Novas – GO, 08 de Abril de 2019.

VALÉRIA CRISTINA DA SILVA.
Presidente CPL
Decreto N.º 407/2019.